

ROLF MADALENO

Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões
na Pós-Graduação da PUC-RS. Mestre em Direito Processual
Civil pela PUC-RS. Diretor Nacional do IBDFAM.
Membro da AIJUDEFA (Asociación Internacional de
Juristas de Derecho de Familia).

www.rolfmadalenocom.br

  rolfmadaleno

DIREITO DE FAMÍLIA

14^a
edição **revista,
atualizada e
reformulada**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 09.05.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- 1ª edição – 2008 / 14ª edição – 2024

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M151d
14. ed.

Madaleno, Rolf, 1954-

Direito de família / Rolf Madaleno. - 14. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro:
Forense, 2024.
1.464 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
Inclui índice alfabético-remissivo
ISBN 978-85-3099-519-5

I. Direito de família - Brasil. I. Título.

24-91676

CDU: 347.6(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

ÍNDICE GERAL

Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família	1
1.1. O Direito de Família e o Código Civil.....	1
1.2. A descodificação do Direito de Família.....	4
1.3. A organização jurídica da família.....	5
1.4. A diversidade familiar.....	6
1.4.1. A família matrimonial.....	9
1.4.2. A família informal.....	10
1.4.3. A família monoparental.....	11
1.4.4. A família anaparental.....	11
1.4.5. A família reconstituída.....	12
1.4.5.1. O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009).....	15
1.4.6. A família paralela.....	16
1.4.6.1. O olhar discordante.....	25
1.4.6.2. A união poliafetiva.....	30
1.4.7. A família natural.....	33
1.4.7.1. A família extensa ou ampliada.....	33
1.4.7.2. A família substituta.....	34
1.4.8. A família eudemonista.....	34
1.4.9. A família homoafetiva.....	35
1.4.10. A família multiespécie.....	39
Capítulo 2 – Noção de Família.....	43
2.1. Conceito de família.....	43
2.2. Entidade familiar e proteção do Estado.....	44
2.3. A disseminação da família monoparental.....	45
2.4. A disseminação da família reconstituída.....	46
2.5. Noção de Direito de Família.....	48
2.6. Conteúdo do Direito de Família.....	50
2.7. Evolução do Direito de Família.....	51
2.8. A dessacralização da família.....	52
2.9. A despatrimonialização do Direito de Família.....	53
Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família.....	55
3.1. Direitos fundamentais.....	55
3.2. A eficácia dos direitos fundamentais.....	57
3.3. Princípio da dignidade humana no Direito de Família.....	58
3.4. O princípio da igualdade.....	59
3.4.1. Igualdade e minorias.....	62

3.4.2.	Igualdade e grupos vulneráveis	64
3.4.3.	Igualdade e isonomia constitucional.....	65
3.4.4.	Igualdade e crianças vulneráveis	67
3.4.5.	Igualdade e pessoas idosas vulneráveis	69
3.4.6.	Igualdade e mulheres vulneráveis.....	70
3.4.7.	A tutela judicial dos vulneráveis.....	71
3.4.8.	Igualdade e independência.....	71
3.4.9.	Igualdade e violência invisível.....	73
3.4.10.	Igualdade e idade.....	74
3.4.11.	A terceira idade e o regime de bens.....	77
3.4.12.	A pessoa idosa e a alteração do regime de bens.....	80
3.4.13.	Vigência da Súmula n. 377 do STF	82
3.4.14.	A pessoa idosa e os alimentos	85
3.4.15.	A solidariedade alimentar da pessoa idosa.....	88
3.4.16.	A pessoa idosa como devedora de alimentos.....	90
3.4.17.	A pessoa idosa e a efetividade das decisões judiciais.....	92
3.4.18.	Efetividade e prisão da pessoa idosa por dívida alimentar	94
3.5.	Princípio da autonomia privada	97
3.6.	Princípio da liberdade.....	98
3.7.	Princípio da solidariedade familiar	99
3.8.	Princípio da monogamia.....	100
3.8.1.	Impedimento do casamento para a constituição da união estável.....	102
3.8.2.	A fidelidade.....	103
3.9.	Princípio da diversidade familiar	104
3.10.	Princípio da afetividade	105
3.11.	Princípio da igualdade da filiação	106
3.12.	Princípio da proteção da prole	107
3.13.	Princípio da proteção da pessoa idosa.....	107
3.14.	Princípio da proteção do jovem.....	108
3.15.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência.....	108
Capítulo 4	– Do Direito Pessoal – Do Casamento.....	109
4.1.	Definição.....	109
4.2.	Da plena comunhão de vida.....	111
4.3.	Da gratuidade do casamento civil.....	113
4.4.	Casamento religioso com efeito civil	114
4.5.	Capacidade para o casamento	115
4.5.1.	Suprimento judicial de consentimento	116
4.6.	Dos impedimentos matrimoniais	117
4.7.	Das causas suspensivas.....	122
4.7.1.	A Súmula n. 377 do STF.....	131
4.7.2.	Revogação da Súmula n. 377 do STF.....	134
4.7.3.	O efetivo prejuízo.....	135
4.7.4.	Legitimidade ativa.....	136
4.8.	A habilitação para o casamento	137
4.8.1.	Presunção de morte	140
4.8.2.	Dispensa de proclamas.....	141
4.9.	Da celebração do casamento	141
4.9.1.	Consentimento.....	143

4.9.2.	● casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	143
4.9.3.	Casamento por procuração.....	144
4.10.	Das provas do casamento.....	146
4.10.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i>	147
4.10.2.	Casamento celebrado fora do Brasil.....	147
4.11.	Da invalidade do casamento.....	147
4.11.1.	Casamento inexistente.....	148
4.11.2.	Casamento nulo.....	149
4.11.2.1.	A Lei n. 13.811/2019.....	150
4.11.2.2.	Maturidade conjugal.....	152
4.11.2.3.	● consentimento assistido.....	153
4.11.2.4.	● casamento proibido.....	153
4.11.2.5.	Nulidade ou anulação.....	153
4.11.2.6.	Casamentos de conveniência.....	155
4.11.2.7.	A nulidade e a Lei n. 13.811/2019.....	155
4.11.3.	● casamento anulável.....	161
4.11.3.1.	Das causas de anulação.....	162
4.11.3.2.	Identidade, honra e boa fama.....	166
4.11.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento.....	169
4.11.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	170
4.11.3.5.	Ignorância de doença mental grave.....	171
4.11.3.6.	Coação.....	172
4.12.	Prazos para a anulação do casamento.....	173
4.13.	Do casamento putativo.....	174
4.13.1.	Pressupostos da putatividade.....	176
4.13.2.	Efeitos da putatividade.....	177
4.13.3.	Efeitos em relação a terceiros.....	178
4.14.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	178
4.14.1.	A tutela antecipada da separação de corpos.....	183
4.14.2.	A separação de corpos da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	184
4.14.3.	Da cumulação dos pedidos.....	186
4.14.4.	A nova separação de corpos.....	187
4.14.5.	A conveniência na determinação da dignidade humana.....	189
4.14.6.	A separação de corpos consensual.....	191
4.14.7.	A separação de corpos para afastamento do requerente.....	192
4.14.8.	A separação de fato.....	193
Capítulo 5 – Da Eficácia do Casamento.....		195
5.1.	Da eficácia do casamento.....	195
5.2.	Isonomia e patronímico.....	197
5.3.	Planejamento familiar.....	201
5.3.1.	Licença-maternidade (Lei n. 11.770/2008).....	202
5.4.	Deveres dos cônjuges.....	203
5.5.	Violação dos deveres conjugais.....	205
5.6.	Dever de fidelidade recíproca.....	206
5.7.	Infidelidade virtual.....	207
5.8.	A separação de fato e o dever de fidelidade.....	208
5.9.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	210
5.10.	Ruptura do dever de coabitação.....	212

5.11.	Dever de mútua assistência	213
5.12.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	214
5.13.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	216
5.14.	As relações dos cônjuges no Direito Empresarial	218
5.15.	A direção da sociedade conjugal	221
5.16.	Contribuição conjunta das despesas do lar	222
5.17.	Domicílio conjugal	222
Capítulo 6	Da Dissolução da Sociedade Conjugal	225
6.1.	Do sistema dual de dissolução.....	225
6.1.1.	O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010	228
6.2.	Morte real e morte presumida.....	234
6.3.	O retorno do ausente	236
6.4.	Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento.....	238
6.5.	Cláusulas separatórias	238
6.6.	Renúncia à meação	242
6.7.	A promessa de doação	248
6.8.	Débitos fiscais e partilha unilateral de bens	251
6.9.	Separação de corpos no divórcio.....	257
6.10.	Separação de corpos judicial e a Lei Maria da Penha	257
6.11.	Objetivo da Lei Maria da Penha	258
6.12.	Das medidas protetivas de urgência	258
6.13.	Da separação de corpos e a violência doméstica	260
6.14.	Caducidade da medida	262
6.15.	Cláusulas obrigatórias no fim da conjugalidade	262
6.16.	Cláusula sobre a partilha	263
6.17.	Cláusula sobre alimentos	264
6.18.	Recusa na escrituração.....	265
6.19.	Ausência de homologação e separação ou divórcio consular	266
6.20.	Intervenção do Ministério Público	267
6.21.	Execução das cláusulas	268
6.22.	Desconto da pensão em folha	268
6.23.	Anulação da escritura.....	269
6.24.	A separação de corpos extrajudicial	269
6.25.	Retorno ao apelido de solteiro	270
6.26.	Efeitos com relação aos filhos	271
6.27.	Guarda dos filhos	271
6.28.	A guarda compartilhada	273
6.29.	Convivência com os filhos	275
6.30.	Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges	276
6.31.	Alimentos dos filhos	277
6.32.	Partilha dos bens	279
6.33.	Prazo de decadência do divórcio extrajudicial.....	284
6.34.	Cobrança de alugueis.....	285
Capítulo 7	O Dano Moral no Direito de Família	291
7.1.	O dano moral no Direito de Família.....	291
7.2.	O dano moral no âmbito das relações afetivas	293
7.3.	O Código Civil e o dano moral no Direito de Família.....	295
7.4.	Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família.....	298

7.5.	Os alimentos como forma de indenização.....	299
7.6.	Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral.....	300
7.7.	Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família.....	305
7.7.1.	A doutrina amplamente permissiva.....	307
7.7.2.	A doutrina restritiva do dano moral.....	308
7.7.3.	Crítica à gradação do dano moral.....	311
7.7.4.	Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família.....	312
7.8.	Críticas ao dano moral.....	317
7.9.	O reconhecimento do estado de filiação.....	320
7.10.	O dano moral na investigação de paternidade.....	325
7.10.1.	O dano moral na desconstituição da paternidade.....	330
7.10.2.	O dever da mãe.....	332
7.10.3.	O dever de <i>velar</i> e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho.....	335
Capítulo 8	Divórcio	349
8.1.	O divórcio.....	349
8.2.	O divórcio direto.....	354
8.3.	O divórcio e a partilha de bens.....	357
8.4.	A representação do cônjuge incapaz no divórcio.....	359
8.5.	Divórcio judicial e o divórcio <i>post mortem</i>	359
8.6.	Divórcio litigioso-judicial.....	362
8.6.1.	A contestação no divórcio judicial.....	363
8.7.	O revogado divórcio por conversão da separação judicial.....	366
8.8.	O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	369
8.9.	O divórcio impositivo.....	371
8.10.	Efeitos do divórcio.....	372
8.11.	A partilha de bens.....	373
8.12.	Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial.....	374
8.13.	O patronímico de casado no divórcio.....	377
8.14.	Pluralidade de divórcios.....	381
8.15.	O divórcio no direito internacional privado.....	382
Capítulo 9	– Da Proteção da Pessoa dos Filhos	385
9.1.	Da proteção da pessoa dos filhos.....	385
9.2.	Conceito de guarda.....	389
9.3.	A guarda na separação de fato e no divórcio judicial.....	397
9.4.	Guarda compartilhada.....	398
9.4.1.	A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?.....	408
9.4.2.	Imposição judicial da guarda compartilhada.....	415
9.4.3.	Tempo de convívio equilibrado.....	420
9.4.4.	Plano de parentalidade.....	421
9.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada.....	423
9.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação.....	425
9.5.	Direito e dever de convivência.....	429
9.6.	A multa no direito e dever de convivência <i>astreintes</i>	436
9.7.	O direito de visitas dos avós.....	438
9.7.1.	Um caso paradigma.....	440
9.8.	A Alienação Parental (AP).....	442
9.9.	As falsas memórias.....	450

Capítulo 10 – Das Relações de Parentesco	453
10.1. As relações familiares e o parentesco	453
10.2. Os achegados	455
10.3. Direito Romano	463
10.4. Desenlaces parentais	464
10.5. Espécies de família e relações atuais	465
10.6. Conceito de relações de parentesco	468
10.7. Parentesco até o quarto grau	470
10.8. Parentesco	471
10.8.1. Contagem de graus	472
10.8.2. Linhas de parentesco	473
10.8.3. Tronco	474
10.8.4. Parentesco por afinidade	474
10.8.5. Árvore genealógica	475
10.9. A multiparentalidade	475
Capítulo 11 – Da Filiação	485
11.1. A filiação	485
11.2. Filiação socioafetiva	487
11.3. A desconstituição judicial da filiação socioafetiva	494
11.4. O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios	501
11.4.1. Os filhos e a construção do patrimônio familiar	506
11.4.2. Filhos do ECA em confronto com os filhos da adoção à brasileira	509
11.4.3. O direito ao conhecimento das origens genéticas	510
11.4.4. Decadência da rejeição	515
11.4.5. Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais	519
11.4.6. O parto anônimo	523
11.5. Investigação de paternidade movida pelos netos	526
11.6. Da possibilidade jurídica	527
11.7. O posicionamento do STJ	529
11.8. Determinação da maternidade	531
11.9. A presunção de paternidade	534
11.10. A presunção <i>pater is est</i>	536
11.11. A filiação por presunção na fecundação assistida	538
11.12. A reprodução assistida no Código Civil	539
11.13. A inseminação artificial	541
11.14. A inseminação artificial homóloga	541
11.15. A proteção jurídica do nascituro	544
11.16. Embriões excedentários	545
11.17. A inseminação artificial heteróloga	547
11.18. A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV)	549
11.18.1. A transferência de gametas para as trompas (GIFT)	550
11.18.2. A transferência de zigoto para as trompas (ZIFT)	550
11.18.3. A mãe de substituição	551
11.19. A impugnação da paternidade	556
11.19.1. O perigo da sacralização do DNA	557
11.20. Negativa de paternidade	558
11.21. A imprescritível impugnação da paternidade	564
11.22. Prova da filiação	567

11.23.	Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA.....	568
11.24.	A prova judicial da impugnação da paternidade.....	572
11.25.	A presunção de paternidade pela recusa.....	575
11.25.1.	A recusa diante do Código Civil.....	577
11.25.2.	As perícias em DNA no Brasil.....	579
11.25.3.	A presunção legal no Código Civil.....	581
11.25.4.	A presunção e a perícia médica de DNA.....	584
11.25.5.	A presunção pela recusa.....	585
11.25.6.	A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.....	587
11.26.	Elisão da paternidade pelo revogado adultério.....	591
11.27.	Reconhecimento da paternidade.....	593
11.28.	O reconhecimento voluntário.....	595
11.28.1.	Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade.....	597
11.28.2.	Reconhecimento no registro do nascimento.....	598
11.28.3.	Por escritura pública ou escrito particular.....	598
11.28.4.	Reconhecimento por testamento.....	601
11.28.5.	Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz.....	602
11.28.6.	Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992.....	602
11.29.	Reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	604
11.30.	Ação anulatória de reconhecimento.....	604
11.31.	Reconhecimento judicial da paternidade.....	606
11.31.1.	Breve digressão histórica.....	607
11.31.2.	A equiparação dos filhos.....	608
11.31.3.	A investigação judicial da paternidade ou da maternidade.....	609
11.31.4.	Concubinato, união estável e presunção de paternidade.....	611
11.31.5.	Rapto e sua coincidência com as relações sexuais.....	612
11.31.6.	Escritos.....	613
11.31.7.	Legitimidade ativa.....	613
11.31.8.	Legitimidade passiva.....	615
11.31.9.	Conteúdo da defesa do investigado.....	615
11.31.9.1.	A negativa genérica.....	617
11.31.9.2.	<i>A exceptio plurium concubentium</i>	617
11.31.9.3.	Impossibilidade física do congresso sexual.....	620
11.31.9.4.	Não coincidência das relações sexuais.....	620
11.31.10.	Meios de prova.....	620
11.31.10.1.	A prova documental.....	621
11.31.10.2.	A prova testemunhal.....	622
11.31.10.3.	As provas científicas.....	623
11.31.10.4.	Provas hematológicas.....	624
11.31.10.5.	O sistema HLA.....	625
11.31.10.6.	Perícia em DNA.....	625
11.31.10.6.1.	A perícia em DNA se basta?.....	627
11.31.11.	A recusa ao exame pericial.....	630
11.31.12.	Efeitos da Súmula n. 301 do STJ.....	635
11.32.	Efeitos da sentença.....	637
11.32.1.	Dos alimentos na investigatória.....	638
11.33.	A coisa julgada na investigação de paternidade.....	641

Capítulo 12 – Da Adoção	645
12.1. Conceito de adoção.....	645
12.2. Considerações gerais.....	647
12.3. Natureza jurídica.....	648
12.4. Referências históricas.....	648
12.5. A adoção e o Código Civil.....	650
12.6. A Lei Nacional da Adoção.....	651
12.6.1. Princípio da prevalência em família.....	652
12.6.2. Do acolhimento familiar e institucional.....	653
12.6.3. Da família natural.....	654
12.6.4. A família extensa.....	655
12.6.5. Destituição do poder familiar.....	655
12.6.6. Colocação em família substituta.....	657
12.6.6.1. Cadastro de adoção.....	659
12.6.6.2. Direito à identidade genética.....	659
12.7. Requisitos para a adoção: idade.....	661
12.7.1. Diferença de idade.....	662
12.7.2. Adoção por casais.....	664
12.7.3. Consentimento do cônjuge.....	665
12.8. Adoção por avós.....	667
12.9. Adoção por irmãos do adotando.....	670
12.10. Consentimento dos pais, do representante e do adotando.....	671
12.11. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros.....	672
12.12. Adoção por tutor ou curador.....	673
12.13. Adoção <i>intuitu personae</i>	674
12.14. Adoção por divorciados.....	677
12.15. Adoção póstuma.....	678
12.16. Adoção por estrangeiro.....	679
12.17. Adoção de nascituro.....	683
12.17.1. Personalidade jurídica do nascituro.....	686
12.18. Adoção à brasileira.....	687
12.19. Adoção de embriões.....	689
12.20. A adoção por homoafetivos.....	691
12.21. Efeitos pessoais da adoção.....	697
12.21.1. Nome.....	698
12.21.2. A adoção e o poder familiar.....	698
12.21.3. Efeitos patrimoniais da adoção.....	699
12.21.3.1. Alimentos.....	699
12.21.3.2. Direito sucessório.....	700
12.21.4. Irrevogabilidade da adoção.....	700
12.22. O apadrinhamento.....	702
Capítulo 13 – Do Poder Familiar	705
13.1. Breve noção histórica.....	705
13.2. Função.....	706
13.3. Natureza jurídica.....	708
13.4. Titularidade do poder familiar.....	709
13.5. Conteúdo do poder familiar.....	712
13.5.1. A representação dos filhos.....	714
13.5.2. Retenção indevida de filho.....	717

13.5.3.	Poder familiar e trabalho	717
13.5.4.	Do usufruto dos bens dos filhos	719
13.5.5.	Da administração dos bens dos filhos	720
13.6.	Extinção do poder familiar.....	724
13.7.	A suspensão do poder familiar.....	727
Capítulo 14 – Do Direito Patrimonial		731
14.1.	Do regime de bens e sua natureza jurídica	731
14.2.	Princípios gerais	734
14.3.	Classificação dos regimes de bens.....	737
14.4.	O pacto antenupcial	740
14.5.	Alteração do regime de bens	748
14.6.	Temor de fraude na mudança do regime de bens.....	754
14.7.	A praxis da separação de fachada	755
14.7.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência	757
14.7.2.	O direito adquirido e a retroatividade da alteração.....	764
14.8.	Do regime obrigatório da separação de bens.....	769
14.9.	Da administração dos bens e dos bens reservados.....	773
14.10.	Da reivindicação dos bens comuns.....	775
14.11.	Do regime legal de bens	776
14.11.1.	Bens de caráter próprio.....	777
14.11.2.	Bens de caráter comum.....	779
14.12.	Regime da comunhão parcial.....	779
14.12.1.	Fundos privados de pensão.....	794
14.12.2.	Bens que ingressam na comunhão parcial.....	801
14.12.2.1.	A título oneroso	801
14.12.2.2.	Por fato eventual.....	803
14.12.2.3.	Doação, herança ou legado.....	805
14.12.2.4.	Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário.....	805
14.12.2.4.1.	Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa	808
14.12.2.5.	Frutos civis e naturais.....	817
14.12.2.6.	O fundo de comércio como fruto civil.....	818
14.12.2.6.1.	A clientela dos profissionais liberais e as sociedades simples.....	819
14.12.2.6.2.	O aviamento da clientela dos profissionais liberais.....	823
14.12.2.7.	Bens cuja aquisição tem causa anterior ao casamento	824
14.12.2.8.	Partilha de quotas	826
14.12.2.9.	Partilha de quotas no juízo cível e não de família.....	831
14.12.2.10.	Dívidas dos cônjuges.....	835
14.12.2.11.	Presunção de comunhão dos bens móveis (CC, art. 1.662).....	838
14.13.	Do regime de comunhão universal.....	841
14.13.1.	Bens excluídos da comunhão universal.....	844
14.13.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade.....	844
14.13.1.2.	Bens gravados de fideicomisso.....	845
14.13.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento	846
14.13.1.4.	Doações antenupciais.....	847
14.13.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC.....	847

14.13.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens	850
14.13.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens	855
14.14.	Do regime de participação final nos aquestos	858
14.14.1.	Na Costa Rica.....	861
14.14.2.	Na Alemanha.....	862
14.14.3.	Na França.....	864
14.14.4.	Na Espanha	865
14.14.5.	No Brasil.....	866
14.14.6.	Características do regime de participação final nos aquestos	868
14.14.7.	Aquisição onerosa.....	872
14.14.8.	Separação e termo inicial de partição dos aquestos	873
14.14.9.	Má administração.....	874
14.14.10.	Risco de fraude na divisão dos bens conjugais.....	875
14.14.11.	A ideia da liquidação antecipada.....	876
14.14.12.	Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos	877
14.14.13.	Regime de compensações	877
14.14.14.	Dívidas pessoais.....	878
14.14.15.	Irrenunciabilidade do direito à meação.....	878
14.14.16.	Regras de liquidação	878
14.14.17.	Disposição hereditária.....	879
14.15.	Do regime da separação de bens.....	880
14.16.	Mantença da família.....	883
14.16.1.	Compensação econômica (alimentos compensatórios).....	883
14.16.2.	Compensação patrimonial na partilha	884
14.17.	A separação obrigatória de bens.....	891
14.18.	A separação convencional de bens.....	892
14.19.	Os bens adquiridos durante a separação de fato	893
14.20.	Da fraude na partilha.....	896
14.20.1.	O lastro matrimonial	897
14.20.2.	A presunção de comunidade.....	898
14.20.3.	A separação e seu efeito na partilha.....	898
14.20.4.	A autonomia privada	899
14.20.5.	A fraude.....	899
14.20.6.	A fraude societária.....	900
14.20.7.	A fraude pela mudança do tipo social.....	903
14.20.8.	A fraude pela interposta pessoa física	905
14.20.9.	A boa-fé.....	906
14.20.10.	A fraude no casamento do Código Civil.....	909
14.20.11.	A fraude nos regimes de bens.....	909
14.20.12.	A fraude na união estável.....	910
14.20.13.	A outorga do convivente.....	911
14.20.14.	A indenização pela inoponibilidade.....	914
14.20.15.	Uma solução argentina.....	915
14.20.16.	A fraude pela formação de dívidas	916
14.20.17.	A prova da fraude e da simulação.....	917
14.20.18.	A anulação da partilha e decadência.....	920
14.21.	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores.....	922
14.21.1.	Bens excluídos do usufruto.....	924
14.22.	Da usucapião familiar pelo abandono do lar.....	925

Capítulo 15 – Dos Alimentos	931
15.1. Conceito	931
15.2. Espécies de alimentos.....	933
15.2.1. Quanto à sua natureza.....	933
15.2.2. Quanto à causa jurídica.....	936
15.2.3. Quanto à finalidade.....	938
15.2.3.1. Alimentos provisórios.....	938
15.2.3.2. Alimentos em tutela provisória.....	941
15.2.3.3. Alimentos da tutela antecipada.....	942
15.2.3.4. A fungibilidade do parágrafo único do artigo 305 do CPC	942
15.2.3.5. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	944
15.2.3.6. Tempo de duração da tutela antecipada.....	944
15.2.3.7. Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar.....	945
15.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados.....	946
15.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros	946
15.3. Características da obrigação alimentar.....	949
15.3.1. Direito personalíssimo	949
15.3.2. Transmissibilidade.....	950
15.3.3. Divisibilidade	955
15.3.3.1. Litisconsórcio na ação de alimentos	956
15.3.3.2. Da solidariedade nos alimentos do idoso	961
15.3.3.2.1. O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso	963
15.3.4. Condicionalidade.....	963
15.3.5. Reciprocidade.....	965
15.3.6. Alternatividade.....	966
15.3.7. Imprescritibilidade.....	967
15.3.8. Irrepetibilidade	969
15.3.9. Incompensabilidade.....	973
15.3.10. Irrenunciabilidade.....	978
15.3.10.1. A validade histórica da renúncia alimentar	979
15.3.10.2. Renúncia expressa.....	981
15.3.10.3. A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil.....	982
15.3.10.4. A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002.....	983
15.3.10.5. A irrenunciabilidade alimentar.....	983
15.3.10.6. O indevido retrocesso.....	985
15.3.10.7. A compensação como nova forma de acordo alimentar.....	986
15.3.10.8. A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil.....	987
15.3.11. Impenhorabilidade.....	988
15.4. Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins.....	990
15.4.1. Os alimentos na família reconstituída.....	995
15.5. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes.....	999
15.6. Os alimentos na guarda e na tutela do ECA.....	1001
15.7. Os alimentos do nascituro	1001
15.7.1. Dos alimentos gravídicos	1003
15.8. Os alimentos dos relativamente incapazes	1005
15.9. A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	1006
15.10. O constrangimento da ação ou da execução alimentar.....	1010

15.10.1.	O abuso do direito.....	1017
15.10.2.	Falta de alimentos como violência doméstica.....	1018
15.10.3.	Reembolso de alimentos e gestão de negócios.....	1018
15.11.	Alimentos e prestação de contas.....	1021
15.11.1.	Prestação de contas nos alimentos compensatórios.....	1029
15.12.	Alimentos com a maioria civil.....	1033
15.12.1.	Maioridade civil e exercício abusivo do direito de alimentos.....	1039
15.13.	Dever de sustento e obrigação.....	1041
15.14.	Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos.....	1043
15.14.1.	O protesto dos alimentos.....	1044
15.14.2.	A constituição de capital.....	1046
15.14.3.	<i>Astreintes</i>	1050
15.14.4.	O abandono material e a prisão descontinua.....	1051
15.14.5.	Perda do poder familiar.....	1052
15.14.6.	Medidas executivas atípicas.....	1053
15.15.	Dos alimentos entre parentes.....	1057
15.15.1.	Alimentos na guarda compartilhada.....	1058
15.16.	Dos alimentos dos avós.....	1059
15.17.	Da transmissão hereditária do dever alimentar.....	1063
15.17.1.	Adiantamento da legítima.....	1066
15.18.	Dos alimentos dos cônjuges.....	1068
15.19.	Alimentos dos conviventes.....	1071
15.20.	Igualdade e independência econômica.....	1074
15.21.	Dos alimentos na homoafetividade.....	1078
15.22.	Rubrica alimentar.....	1079
15.22.1.	Alimentação.....	1080
15.22.2.	Habitação.....	1080
15.22.3.	Educação.....	1081
15.22.4.	Saúde.....	1083
15.22.5.	Vestuário.....	1083
15.22.6.	Lazer.....	1084
15.23.	Base de incidência dos alimentos.....	1084
15.24.	Pensão <i>intuitu familiae</i> e <i>intuitu personae</i>	1091
15.24.1.	Alimentos em espécie ou <i>in natura</i>	1092
15.25.	Dos alimentos transitórios.....	1095
15.25.1.	A duração dos alimentos transitórios.....	1097
15.26.	Alimentos compensatórios ou compensação econômica.....	1099
15.26.1.	A pensão alimentícia e a compensação econômica.....	1104
15.26.2.	Alimentos compensatórios e compensação econômica.....	1108
15.26.3.	Outras diferenças entre obrigação de alimentos e compensação econômica.....	1110
15.26.4.	Responsabilidade objetiva no Direito de Família.....	1112
15.26.5.	A duração da compensação econômica.....	1116
15.27.	A restituição dos alimentos.....	1117
15.27.1.	O abuso do direito nos alimentos.....	1119
15.27.2.	Do abuso do direito nas relações de família.....	1121
15.27.3.	Uma solução argentina para a fraude alimentar.....	1122
15.28.	Da renúncia e da exoneração dos alimentos.....	1122
15.29.	Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	1127

15.29.1.	Conduta irregular da ex-mulher.....	1130
15.29.2.	Comportamento indigno	1132
15.30.	A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos	1137
15.30.1.	Sua incidência processual	1139
15.30.2.	A desconsideração ativa	1140
15.30.3.	A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário	1142
15.31.	A oferta de alimentos.....	1146
15.32.	A majoração e redução dos alimentos, a Súmula STJ 621 e sua atualização automática.....	1147
15.33.	Cessação da obriga�o de prestar alimentos.....	1151
15.34.	A execu�o de alimentos.....	1153
15.34.1.	Do cumprimento da sentença	1154
15.34.2.	Aplica�o de multa.....	1156
15.34.3.	A defesa no cumprimento da sentença	1156
15.34.4.	Sentença para ser cumprida.....	1157
15.34.5.	Do cumprimento da sentença nos alimentos.....	1157
15.34.6.	Do procedimento expropriatório.....	1158
15.35.	Da execu�o internacional dos alimentos.....	1159
15.36.	A in tributabilidade da pensão alimentícia	1161
15.36.1.	O imposto de renda sobre a pensão alimentícia	1161
15.36.2.	A ausência de acréscimo patrimonial.....	1162
15.36.3.	A pensão alimentícia como encargo de família	1163
15.36.4.	Os alimentos e seu caráter indenizatório	1165
Capítulo 16 – Do Bem de Família		1171
16.1.	Bem de família.....	1171
16.2.	Conceito de bem de família	1172
16.3.	O advento da Lei n. 8.009/1990.....	1173
16.4.	O bem de família do Código Civil	1176
16.4.1.	Objeto do bem de família voluntário.....	1178
16.4.2.	Valor do bem de família voluntário.....	1179
16.4.3.	Procedimento de constitui�o e efeitos.....	1180
16.4.4.	Das isen�oes.....	1181
16.5.	Extin�o do bem de família.....	1182
Capítulo 17 – Da União Estável		1185
17.1.	Antecedentes históricos.....	1185
17.2.	A Constitui�o Federal de 1988.....	1188
17.3.	A Lei n. 8.971/1994.....	1190
17.4.	A Lei n. 9.278/1996.....	1191
17.5.	O Projeto de Lei n. 2.686/1996.....	1192
17.6.	Origem e defini�o.....	1192
17.7.	A expansão das uniões livres.....	1193
17.7.1.	Motivos econ�micos	1194
17.7.2.	Motivos sociais	1195
17.7.3.	Motivos legais.....	1196
17.7.4.	Motivos ideológicos.....	1196
17.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	1196

17.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável	1197
17.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	1197
17.8.1.	■ Diversidade de sexos.....	1197
17.8.1.1.	União homoafetiva.....	1198
17.8.2.	Coabitação	1209
17.8.3.	Prazo para constituição	1211
17.8.4.	Existência de precedente casamento.....	1212
17.8.5.	Convivência pública	1222
17.8.6.	Continuidade	1224
17.8.7.	Com objetivo de constituir família.....	1225
17.8.8.	Inexistência de impedimento matrimonial	1229
17.9.	Conceito de união estável.....	1229
17.10.	Direitos e deveres dos conviventes.....	1231
17.10.1.	Lealdade	1234
17.10.2.	Respeito.....	1235
17.10.3.	Assistência.....	1235
17.10.4.	Dever imaterial	1239
17.10.5.	Guarda, sustento e educação dos filhos.....	1239
17.10.6.	A coabitação como dever natural.....	1240
17.10.7.	O nome na união estável.....	1241
17.11.	Contrato de convivência	1243
17.11.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência	1247
17.11.2.	A mudança do regime de bens na conversão em casamento.....	1248
17.11.3.	Regime de bens.....	1256
17.11.4.	Conversão em casamento.....	1261
17.11.5.	Usufruto e direito real de habitação	1264
17.11.6.	Contrato de namoro.....	1266
17.12.	Concubinato e relações paralelas	1269
17.12.1.	O olhar discordante	1271
17.12.2.	O concubinato e a monogamia.....	1275
17.12.3.	Do concubinato de boa-fé.....	1281
17.12.4.	O concubinato e a doação	1283
17.12.5.	O concubinato e a deixa testamentária	1283
17.12.6.	O concubinato e a previdência social.....	1284
17.13.	Dissolução da união estável	1286
Capítulo 18 – Tutela	1289
18.1.	Conceito	1289
18.2.	Menores submetidos à tutela.....	1292
18.3.	A tutela no ■ Direito Romano.....	1293
18.4.	A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1293
18.5.	Modalidades de tutela	1294
18.6.	Tutela testamentária.....	1295
18.7.	Tutela legítima.....	1296
18.8.	Tutela dativa	1298
18.9.	Tutela funcional.....	1299
18.10.	Exclusividade da tutela	1300
18.11.	Incapazes de exercer a tutela	1300
18.11.1.	Idoneidade	1300

18.12.	Designação do convivente como tutor.....	1303
18.13.	Escusa dos tutores.....	1304
18.13.1.	Mulheres casadas.....	1305
18.13.2.	Maiores de sessenta anos.....	1305
18.13.3.	Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.....	1306
18.13.4.	Enfermidade.....	1306
18.13.5.	Habitação distante.....	1307
18.13.6.	Os que já exercerem tutela ou curatela.....	1307
18.13.7.	Militares em serviço.....	1307
18.13.8.	Aos que não forem parentes do menor.....	1308
18.14.	Prazo de escusa e decisão judicial.....	1308
18.15.	Do exercício da tutela.....	1309
18.15.1.	Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado.....	1309
18.15.2.	Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado.....	1310
18.15.3.	A administração dos bens e a tutela conjunta.....	1312
18.16.	Atribuições do tutor.....	1314
18.16.1.	Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial.....	1315
18.17.	Vedações ao tutor.....	1316
18.18.	Garantia da tutela.....	1316
18.19.	O protutor.....	1317
18.20.	Responsabilidade do juiz.....	1318
18.21.	Remuneração do tutor.....	1319
18.22.	Responsabilidade do tutor.....	1319
18.23.	Bens do tutelado.....	1320
18.24.	Prestação de contas.....	1321
18.25.	Cessação da tutela.....	1323
18.26.	Das funções do tutor.....	1323
Capítulo 19	Da Curatela.....	1325
19.1.	Da curatela.....	1325
19.2.	Conceito.....	1327
19.3.	Pessoas sujeitas à curatela.....	1329
19.4.	Curatela do nascituro.....	1333
19.5.	Velhice.....	1335
19.6.	Curatela no Direito Romano.....	1337
19.7.	Enfermidade ou deficiência mental.....	1338
19.7.1.	Intervalos lúcidos.....	1339
19.8.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	1339
19.9.	Deficientes mentais.....	1341
19.10.	�brios habituais.....	1341
19.11.	Os viciados em tóxicos.....	1342
19.12.	Os pródigos.....	1343
19.13.	Autocuratela.....	1345
19.14.	Ação de curatela.....	1346
19.15.	Das disposições comuns � tutela e � curatela.....	1350
19.16.	Pessoas habilitadas ao exercício da curatela.....	1351
19.17.	Curatela conjunta.....	1354
19.18.	Efeitos jurídicos da sentenç� de curatela.....	1355

19.19. Levantamento da curatela.....	1357
19.20. Cessação da curatela.....	1358
19.21. Da tomada de decisão apoiada.....	1358
Bibliografia	1361
Índice Alfabético-Remissivo	1401